



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
03/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 05

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
03/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 05

Aos três dias do mês de março de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com o ponto único da ordem do dia que abaixo se identifica.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por imperativos profissionais, estará ausente no período compreendido entre os dias 6 de fevereiro e 6 de março de 2014, pelo que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação do assunto objeto de deliberação nesta reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1. PROCESSO N.º 834/04.7BELRA. AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM – FORMA ORDINÁRIA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião iniciou-se com a explicação jurídica das várias etapas do processo, efetuada pela Sr.ª Dr.ª Sónia Brogueira e pelo Sr. Dr. Victor Faria, do gabinete de advogados que prestam os serviços de patrocínio judiciário da autarquia.

No decurso da referida explicação, a **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** sentiu-se mal, tendo sido assistida pelo INEM na sala de reuniões e depois transportada para o Hospital de Leiria.

**Retomada a reunião e concluída a explicação jurídica, foi aberto um período para intervenções.**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** usou da palavra, referindo que não compreende a urgência da realização da reunião extraordinária quando o processo em Tribunal já tem 10 anos, questionando o timing da tomada de decisão, por se tratar de um assunto complexo e por isso merecer um estudo mais aprofundado. Levantou ainda a questão da necessidade de se cabimentar o valor, após uma modificação ao orçamento, antes da tomada da decisão.

Sobre esta última questão o **Sr. Presidente** esclareceu que a situação está acautelada no último parágrafo da proposta de deliberação aqui presente.

O **Sr. Dr. Victor Faria** informou que o Juiz deu um prazo para a decisão, caso contrário emitirá a sentença.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:20 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** retomou o uso da palavra, reconhecendo que há urgência na realização da reunião mas não emergência para que a mesma seja feita na época de carnaval. Entende que é uma boa prática resolver os problemas e não adiá-los para executivos futuros. Aqui a causa foi não ter havido um concurso para a empreitada e ter sido um ajuste direto, que teve como efeitos a situação presente. Pelas explicações fornecidas entende que a Câmara tem um bom aconselhamento jurídico, percebe que em 23/01/2014 o Tribunal pediu que fossem feitas propostas e que em 26/02/2014 o Presidente teve que tomar uma decisão, só que estes assuntos mais gravosos deveriam ser reportados a todo o executivo, todos deveriam ser envolvidos com mais antecedência, não em cima da hora. Terminou propondo que a Câmara não seja conivente para com os incumpridores.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que têm de se distinguir dois aspetos: a questão da decisão e o ponto de vista político. Sobre a decisão entende que é a melhor solução

encontrada, os timings são corretos uma vez que havia necessidade de resolver a situação já, e vai certamente ocupar toda a manhã, e na reunião ordinária, com uma agenda preenchida, levaria muito tempo. O tempo para analisar os documentos foi pouco mas julga que foi suficiente.

Do ponto de vista político há responsabilidades em todo o processo e que se arrastaram para os dias de hoje. Houve pelo menos alguma negligência da Câmara em relação a outros órgãos de soberania, nomeadamente o Tribunal de Contas, apesar de estarem em causa habitações sociais, o que deve ter levado a uma tomada de decisão unânime na Assembleia Municipal.

Por último sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que faça uma nota à imprensa a dar a explicação correta deste pagamento que tem que ser feito ao Tribunal.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que está em causa a votação da indemnização por um incumprimento que a Câmara não honrou para com um empresário. Neste momento e a esta distância é fácil criticar este negócio, mas à data, lembra-se, que era elogiado e utilizado este tipo de engenharia financeira. Estamos, agora, a tirar consequências financeiras e políticas de um negócio que se revelou péssimo para a autarquia, tanto mais que as habitações, objeto principal deste processo, só no final do mandato anterior foram atribuídas a quem delas necessitava, depois de avultados investimentos na sua recuperação. A Câmara é governada por partidos políticos, mas estes são constituídos por pessoas e cada um tem de assumir as suas responsabilidades.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que é importante esclarecer as populações com uma nota à imprensa. Percebeu a urgência da reunião e entende que houve negligência em fazer obra de forma indiscriminada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que as pessoas têm que ser coerentes e não podem ser diferentes, fazendo ajustes diretos e depois defendendo os concursos públicos.

O **Sr. Presidente** informou que depois da audiência prévia de janeiro de 2014 teve uma reunião com o Gabinete Jurídico, depois de este ter analisado todo o processo. Depois realizou-se a reunião de 26 de fevereiro de 2014, e a Câmara foi com uma proposta de 120.000,00 euros que não foi aceite. O Juiz disse que estava em condições de resolver o processo em 15 de maio próximo, e ser-nos-ia desfavorável e perigoso. Na altura teve 10 minutos para decidir, ao telefone, e por isso teve que avançar com os 150.000,00 euros e definir uma data para o pagamento, o próximo dia 1 de junho. Após esta decisão tinha que definir uma data para a reunião da Câmara Municipal e optou-se pela realização de uma reunião extraordinária por entender que é a melhor solução, lamentando que não possam estar presentes os 7 membros do executivo.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que percebe a questão levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, até porque se passou o mesmo com a CDU no caso da Resinagem, mas nestas circunstâncias o sigilo é componente do sucesso das negociações. Lembrou que no mandato anterior fez um requerimento a pedir a listagem de todas as pendências da Câmara que se encontravam em Tribunal, e que é legítimo a cada um dos eleitos fazê-lo.

Sobre a situação presente, e colocados perante ela, entende que a solução encontrada terá sido a melhor para o Município. Sobre a questão política entende que deveria ser investigada, não sabendo se ainda é possível, porque tem que ver com prazos, pois a sensação que fica é de uma impunidade que é transversal a toda a política.

**Terminadas as intervenções foi posta à votação a seguinte proposta:**

**1 - PROCESSO N.º 834/04.7BELRA. AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM – FORMA ORDINÁRIA.**

198 - Em 20 de abril de 2000, a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a aprovação de um Protocolo de Acordo, a celebrar entre o Município e a empresa Pasolis, Empreitadas e Obras Públicas do Lis, Lda.

A Assembleia Municipal, em 27 de abril de 2000, aprovou a proposta camarária e o referido Protocolo de Acordo.

O Protocolo de Acordo foi celebrado em 17 de agosto de 2000.

Os termos do acordo foram objeto de diversas alterações, aprovadas pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

Em 24 de junho de 2002 foram emitidos os alvarás de utilização relativos aos fogos construídos no âmbito do Protocolo de Acordo.

A minuta da escritura de compra e venda dos fogos construídos não foi visada pelo Tribunal de Contas, por acórdãos de 17/12/2002 e de 13/05/2003.

A recusa de visto impediu a outorga da escritura pública de compra e venda.

Esta situação foi ultrapassada com a publicação do Decreto-Lei n.º 159/2003, de 18 de julho, que regulou as condições de aquisição de fogos pelos municípios e pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) em empreendimentos de habitação a custos controlados quando se destine a assegurar o realojamento de agregados familiares ao abrigo de operações municipais de realojamento.

Na sequência do referido diploma legal, os fogos foram adquiridos pelo INH, tendo sido outorgado, em 16 de junho de 2004, um contrato-promessa de compra e venda entre o Município e o INH, previamente visado pelo Tribunal de Contas, em 16 de março de 2004.

Em 15 de setembro de 2004, a empresa Pasolis, SA intentou uma ação administrativa comum, junto do Tribunal Administrativo de Leiria, na qual formulou um pedido de indemnização no valor de 282.716,89 euros, reportado a encargos financeiros derivados do atraso na celebração da escritura, valores de contribuições autárquicas, contratos que deixou de celebrar e prejuízo de imagem.

A Câmara Municipal apresentou, em 9 de novembro de 2004 a sua contestação e deduziu pedido reconvenicional no montante de 58.438,91 euros.

O processo judicial esteve parado desde então, tendo sido retomado em outubro de 2013.

Em 15 de janeiro de 2014, a Câmara Municipal foi notificada para uma tentativa de conciliação, que se prolongou até 26 de fevereiro passado.

Considerando que:

- é indiscutível a ocorrência de um incumprimento contratual, decorrente da não outorga da escritura de compra e venda no prazo convencionado;
- é indiscutível que esse incumprimento mediou entre a data de emissão dos alvarás de utilização e a data da efetiva alienação dos fogos pela empresa Pasolis, SA;
- o pedido de indemnização formulado, ainda que não obtivesse provimento total, seria acrescido de juros, desde a data de interposição da ação;
- o valor da indemnização a fixar pelo Tribunal poderia, com elevada probabilidade, alcançar montantes, com inclusão dos juros, muito superiores ao valor do pedido;
- a resolução do litígio por acordo permite o encerramento do processo e favorece de forma indiscutível os interesses do Município;
- através de ação diligente do Tribunal Administrativo foi possível fixar um acordo total e final que se traduz no pagamento de uma indemnização de cento e cinquenta mil euros;
- o Município não procede ao pagamento de quaisquer juros, que seriam devidos, e reduz substancialmente o valor do pedido da empresa;
- a resolução por acordo protege os interesses do Município e reduz os riscos decorrentes do prolongamento do processo judicial e do continuado vencimento de juros;
- a redução do valor da indemnização, em termos tão significativos, permite manter todos os projetos e ações fundamentais para o desenvolvimento do concelho da Marinha Grande;

**A Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:**

**- Indemnizar a Massa Insolvente de Pasolis – Empreitadas e Obras Públicas do Lis, SA, NIPC 501177019, no valor total e final de cento e cinquenta mil euros, no âmbito do Processo n.º 834/04.7BELRA, a tramitar no Tribunal Administrativo de Leiria, não sendo**

devida àquela entidade qualquer outro valor, seja a que título for, por efeito, direto ou indireto, do objeto da ação e da relação jurídica nela pressuposta.

- Efetuar o pagamento do montante referido na alínea anterior até ao dia 1 de junho de 2014, pelo meio que vier a ser indicado pela Massa Insolvente de Pasolis – Empreitadas e Obras Públicas do Lis, SA, que emitirá o correspondente recibo;
- Estornar o compromisso n.º 4754, de 31/12/2002, por se tratar de matéria inserida no âmbito do presente acordo indemnizatório.

Mais delibera que a presente deliberação apenas produz efeitos jurídicos reportados ao dia 5 de março de 2014, após a aprovação da 4.ª modificação aos documentos previsionais de 2014, de acordo com o artigo 129.º, alínea b), do Código do Procedimento Administrativo.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“VOTO CONTRA pelos seguintes fundamentos:*

- a) o processo é complexo e, na nossa perspectiva, constitui motivo bastante para que dele tivéssemos previamente conhecimento, e com mais tempo entre o momento em que o mesmo nos é comunicado e em que se toma a decisão, bem como nos fosse facultado o acesso a uma resenha das principais deliberações e fundamentos que justificam legalmente a proposta, elaborada pelos serviços, onde constasse todo o histórico;*
- b) fomos esclarecidos pelos assessores jurídicos da Câmara, apenas nesta reunião;*
- d) face aos elementos que nos foram disponibilizados, não se entende, no plano processual e administrativo, porque motivo foi necessária uma reunião extraordinária (marcada com carácter de urgência) para apreciar o processo quando os serviços já conhecem a proposta do tribunal desde outubro de 2013, com desenvolvimentos em 23 de Janeiro e 26 de Fevereiro;*
- e) a proposta de deliberação vai no sentido de um acto consumado, entenda-se, de Indemnizar a Massa Insolvente de Pasolis;*
- f) Entendo que uma eventual decisão no sentido de estabelecer o acordo e assumir o pagamento em causa deveria ocorrer depois de se proceder à alteração orçamental, depois de se cabimentar o valor correspondente para a indemnização, após isto fazer o devido enquadramento orçamental da despesa em apreço e não propor uma deliberação que ficará condicionada a este enquadramento que pelo que se descreve ocorrerá no dia 5 de Março.*

*Saliento ainda que estes processos, com consequências para terceiros, devem ser resolvidos rapidamente, mostrando a boa-fé, transmitindo o bom exemplo da Câmara municipal na sua relação com os cidadãos ou empresas. Por essa razão, é de bom-tom terminar este caso em concreto que se arrasta há já mais de uma década.*

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
03/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 05

***Por estes motivos o sentido do meu voto neste processo é contra.***

*Marinha Grande, 3 de Março 2014*

*O Vereador*

*Aurélio Ferreira”*

**O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A Câmara Municipal de Marinha Grande por ser uma Pessoa Jurídica de Direito Público, tem de, em todas as circunstâncias, ser uma pessoa de bem e de boa fé.*

*Perante uma decisão superior do Tribunal só há que respeitá-la, como é boa conduta num Estado de Direito democrático.*

*Segundo descrição pormenorizada por parte do Gabinete Jurídico externo, pensamos que é de aceitar o acordo amigável entre as partes envolvidas com o pagamento de uma indemnização no total de 150 000€, em vez do quase meio milhão de euros, valor que seria de pagar, caso não houvesse concordância na finalização do referido diferendo que perdura há mais de uma dezena de anos.*

*Mas há que lamentar mais uma situação que em nada é abonatória para a Edilidade Marinhense.*

*Embora seja uma situação provinda de Governos locais anteriores o certo é que estamos a despendar meios financeiros para pagamento de indemnizações que tanta falta nos fazem para suprir carências existentes no nosso concelho, tanto de ordem material como de ordem social.*

*São erros atrás de erros em que só o concelho e as suas gentes ficam a perder.*

*Esperamos que doravante situações deste género não se repitam, principalmente no que diz respeito à não entrega de obras públicas, deste género e de montantes elevados, por concurso público, mas por ajuste direto, situação que levou o Tribunal de contas a não aceitar esta forma de contrato de empreitada, em 2004.*

*Num País democrático vigora o Princípio da Separação de Poderes pelo que temos, de forma obrigatória, acatar as decisões superiores dos Tribunais.*

*De qualquer forma, como já afirmamos nas frases suprarreferenciadas, porque uma das partes envolvidas no litígio é a nossa Edilidade e, sendo ela uma pessoa de bem, não podemos ter outra postura senão votar favoravelmente este ponto da agenda.*

*Câmara Municipal de Marinha Grande 03-03-2014*



*O Vereador Municipal*

*António Santos”*

**Os Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Confrontados com um processo que teve início no ano 2000, de um negócio de construção de 52 ou 53 habitações sociais no Camarnal novo, negócio esse efetuado com a empresa Pasolis há 14 anos, estamos agora deparados perante um processo judicial indemnizatório à citada empresa.*

*Face a esta situação, foi decisão do Sr. Presidente da Câmara o pagamento à massa insolvente da empresa no valor de 150.000 €, após parecer e entendimento dos serviços jurídicos externos da Câmara.*

*Face aos valores reclamados pela Pasolis, entendemos que na questão concreta, o acordo é favorável à Câmara Municipal da Marinha Grande. Qualquer outra decisão implicaria no futuro o pagamento de verbas consideravelmente superiores.*

*Por estas razões a nossa concordância com a decisão tomada e o nosso voto favorável.*

*No entanto não podemos deixar de referenciar os aspetos negativos de todo este processo que envolveu a construção destas habitações sociais. Relembro as constantes observações colocadas pelos deputados municipais da CDU, que invocaram a necessidade de procedimento público.*

*Mais uma vez tínhamos razão, conforme veio a ser determinado pelo Tribunal de Contas.*

*Acresce dizer que, além desta problemática, igualmente não se cumpriu a proposta apresentada pelo INH, que pretendia que a Câmara Municipal pagasse o valor na totalidade até junho do ano seguinte, senão teria que pagar juros.*

*De referir que esta informação foi prestada pelo então Vereador Joaquim João Pereira, referido em ata da Assembleia Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29 de Dezembro de 2003, pelo que além desta situação indemnizatória, a partir de Julho de 2004 se entrou em incumprimento com o INH porque não se pagou a totalidade da dívida conforme tinha sido acordado.*

*Este é um processo em que nenhum dos atuais membros do executivo teve qualquer ação mas que, face às decisões judiciais, saberemos cumprir e honrar, porque entendemos que é esse o nosso papel enquanto Vereadores da Câmara Municipal da Marinha Grande. Nunca é fácil decidir nestas situações mas estamos convictos, pela nossa honra, que interpretamos fielmente a confiança que nos foi dada pelos nossos eleitores.*

*Marinha Grande, 3 de março de 2014*

*Os Vereadores,*

*Vítor Pereira  
Alexandra Dengucho”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente e o Sr. Presidente proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Votámos a favor porque:*

*- para nós, em primeiro lugar, estão os superiores interesses do Município da Marinha Grande;*

*- o acordo que foi possível alcançar traduz uma redução de encargos futuros num valor pelo menos igual ao acordado;*

*- sendo este um processo que transitou por vários executivos municipais, desde 2002 até hoje, e em que intervieram diferentes atores políticos, não podemos deixar de acautelar os interesses atuais e futuros da autarquia;*

*- o acordo que foi possível alcançar não afeta os projetos e ações fundamentais que pretendemos concretizar durante o presente ano;*

*- entendemos caber aos autarcas em funções a resolução dos problemas existentes, de forma séria, responsável, rigorosa e que proteja os interesses do Município.*

*Marinha Grande, 3 de Março de 2014*

*Álvaro Manuel Marques Pereira – Presidente  
Paulo Jorge Campos Vicente – Vereador”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**199 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,**

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
03/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 05

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião